

## DO CORREDOR CULTURAL AO PORTO MARAVILHA: MUDANÇA DE PARADIGMA?

Leopoldo Guilherme Pio<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nesse trabalho, discuto as diferenças entre dois processos de revitalização de áreas históricas: o Projeto Corredor Cultural, proposta pioneira na revitalização e preservação do centro histórico do Rio de Janeiro e o Porto Maravilha, proposta atual de revitalização da zona portuária. A partir da avaliação das ações culturais presentes nos dois projetos, pretende-se contribuir para a compreensão dos novos sentidos atribuídos ao patrimônio cultural e histórico e outros bens culturais na modernização das cidades no século XXI. Arriscamos a hipótese de que o Porto Maravilha representa a consolidação de um novo paradigma de recuperação de áreas históricas. Nesse processo de transformação, analiso os fatores internos e externos que redefinem e legitimam o uso da cultura e do patrimônio na reforma da zona portuária do Rio de Janeiro. Essa nova dinâmica só é possível a partir de um reenquadramento da memória da cidade e da criação de novas estratégias discursivas e urbanísticas a respeito da memória e da identidade da cidade do Rio de Janeiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** revitalização cultural, patrimônio, centro histórico.

### Perda, Reconhecimento e Conquista

No final dos anos 90, estudei os princípios e significados do Projeto Corredor Cultural na reordenação material e simbólica do centro da cidade do Rio de Janeiro (Pio 2001). Ao fim da pesquisa, detectei o surgimento de um conjunto de fatores que pareciam indicar uma mudança no modo de pensar e elaborar as intervenções urbanas em áreas históricas. Naquele momento, não foi possível aprofundar a análise de tais fatores, mas nos anos seguintes tornou-se clara a relevância destes na compreensão dos processos de revitalização. O surgimento de debates a respeito da sustentabilidade econômica dos equipamentos culturais, o aumento da influência de agências internacionais (em especial, Unesco e Banco Interamericano de Desenvolvimento) nas políticas culturais e urbanas e o aumento da importância dos princípios do planejamento estratégico e do marketing urbano na gestão das cidades são algumas das influências recentes que se efetivaram sobre os projetos de intervenção urbana. Em consequência, na última década a revitalização de áreas históricas tomou novas formas. Parto do pressuposto de que o Projeto Porto Maravilha pode ser visto como reflexo de tais transformações e que essa nova dinâmica só é possível a partir de um reenquadramento da memória da cidade e da criação de novas estratégias discursivas e urbanísticas.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais (UERJ/PPCIS), sob a orientação da Prof. Dra. Maria Josefina Sant'Anna. Bolsista FAPERJ.

Tendo como foco o processo de patrimonialização<sup>2</sup>, arrisco a hipótese de que o Porto Maravilha representa a consolidação de um novo paradigma de recuperação de áreas “históricas”. Argumento que a proposta de patrimonialização presente no Porto Maravilha representa um afastamento da retórica da perda que caracterizou o tratamento do patrimônio no Brasil desde a criação do Iphan, no qual a “História aparece como “um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional tendem a se perder” (Gonçalves, 1996, p. 22)<sup>3</sup>. Embora tal retórica ainda esteja presente nos discursos a respeito do patrimônio, entendo que, simultaneamente, outras duas categorias passam a definir os sentidos da relação entre passado e presente nos processos de patrimonialização: o “reconhecimento” da história e a “conquista” da memória.

O discurso patrimonial baseada na categoria “reconhecimento” tem como princípio a revalorização de elementos do passado antes desconsiderados pela história oficial e a politização das identidades culturais, a partir do poder redentor da memória. Se na retórica da crise há um apego visceral às origens, a lógica do reconhecimento destaca os procedimentos necessários para avaliar criteriosamente os elementos do passado. Trata como missão e responsabilidade de cada um “revelar o esquecido”, como dizia Walter Benjamin, e funda-se, por exemplo, na reinterpretação da memória e da história de grupos específicos ou da história cultural das cidades. Este tipo de discurso se reflete também nos esforços em delimitar os diversos sentidos que o patrimônio pode assumir na atualidade; na elaboração das “cartas” legitimadoras da preservação, que atribuem significado especial à produção de uma “contabilidade” da história (armazenamento, preservação e renovação dos sentidos do passado); e na necessidade de definição dos conceitos operacionais (revitalização,

---

<sup>2</sup> Os processos de patrimonialização se referem a intervenções de natureza patrimonial e predominantemente técnica e legal que visam obter, através de uma operação de tombamento formal, um estatuto patrimonial. Por outro lado os processos de patrimonialização se referem a operações de natureza diversa (arquitetônica, paisagística, urbanística, política, cultural, comercial, etc.) cujos objetivos, independentemente de um reconhecimento formal, assentam na exacerbação de um patrimônio ou do valor patrimonial de um objeto, para efeitos de consumo visual, turístico ou sustentação de um mercado urbano de lazeres (Leite e Peixoto, 2009).

<sup>3</sup> Segundo Gonçalves (1996) o discurso sobre patrimônio cultural no Brasil corresponde a “um enquadramento mítico para o processo histórico, que é equacionado, de modo absoluto, à destruição e homogeneização do passado e das culturas”. (1996, p. 22) Evoca, dessa maneira, um desejo de autenticidade que se vincula simbolicamente ao suposto “distanciamento do passado e à noção de ”perda” que “coexiste com o esforço de preservação tal como aparece nos discursos sobre patrimônio cultural”. (1996, p. 25) O distanciamento dos objetos no tempo e no espaço que os transforma em “objetos de desejo”, marcados pela autenticidade, e que devem ser resgatados como parte representativa de um patrimônio cultural ou de uma tradição. As práticas de apropriação e preservação desses objetos são articuladas por um sentimento de perda, que por sua vez provoca um anseio pela autenticidade.

reabilitação, requalificação urbana) que permitam o desenvolvimento dessa contabilidade. Assim, a lógica do “reconhecimento” implica também em um questionamento: o que e como conservar? Neste processo de reinterpretação do passado, transforma-se também o significado do presente, o que implica, entre outros fenômenos, na recuperação de temas urbanos antes estigmatizados - a memória das favelas, a cultura dos bairros do subúrbio, a degradação ambiental. Neste sentido, o patrimônio torna-se cada vez um recurso utilizado no questionamento dos valores históricos, nas reivindicações políticas e na elaboração de identidades sociais de minorias, deixando de ser visto apenas como reflexo das políticas oficiais ou da ação consciente dos agentes sociais (Gonçalves 2002). Assim, traços dessa retórica podem ser percebidos também nas disputas por significado do passado. Nesse sentido, além da questão “o que e como conservar?”, ganha evidência a pergunta “para quem?”. Trata-se de uma memória fragmentada, na medida em que representa conscientemente identidades particulares fundadas em categorias locais (bairros, favelas, praças). Por outro lado, os discursos sobre o patrimônio caracterizados pela categoria “conquista”, destacam o passado como uma totalidade, recuperada e presentificada através do reforço dos marcos distintivos da cultura. Geralmente, está presente nos discursos ligados à promoção cultural, através da afirmação de uma identidade caracterizada pelo “espírito” ou “vocaçãõ” dos lugares e na necessidade de atualização do passado e da memória, como elementos de fruição e experiência. Trata-se de uma perspectiva holista, que integra diversas temporalidades e elementos da memória em um único sistema cultural, para produzir uma identidade ampla, supostamente compartilhada por diversos grupos sociais. O que importa nessa retórica é construir uma continuidade natural entre passado, presente e futuro. Está presente na fala de curadores e políticos, bem como nos ritos de passagem e iniciação que muitas vezes caracterizam os mega-eventos culturais ou esportivos, a reinauguração de equipamentos culturais e exposições e a legitimação de “novas áreas históricas”, como se pode perceber na apresentação do projeto:

Uma Zona Portuária diferente. Um Rio de Janeiro diferente. Esta será a nova realidade existente ao final do Projeto Porto Maravilha. A transformação de um espaço abandonado e degradado em um cenário condizente com a beleza e a importância mundial da cidade do Rio. (...) Importante porta de entrada da cidade, o Porto do Rio passa agora de elemento coadjuvante no visual bonito da Baía de Guanabara para parte principal deste processo de construção de uma nova imagem do Rio. O projeto volta a integrar o porto à cidade, ficando em pé de igualdade com os principais centros

urbanos do mundo que também revitalizaram suas zonas portuárias, como Barcelona e Buenos Aires.<sup>4</sup>

Entendo que enquanto o Corredor Cultural se desenvolveu em um momento em que a retórica da perda direcionava os discursos de práticas de preservação, o projeto Porto Maravilha apresenta um discurso que se afasta desta retórica. Cabe lembrar que a ameaça da destruição do patrimônio e o sentimento de “amnésia coletiva” permanecem. Os discursos sobre patrimônio cultural continuam a transitar em nossas consciências a partir da figura da “perda”. Mas sustento que a retórica da perda passa a conviver cada vez mais com narrativas de *reconhecimento*, que buscam a análise/revelação do passado e da (re)conquista da memória, que sinaliza a suposta superação da perda através da “consagração” da memória e de sua estetização.

## **II - Usos e sentidos da Revitalização de áreas centrais: Do corredor ao porto**

O Projeto Corredor Cultural se destaca na história do urbanismo do Rio de Janeiro por representar uma mudança da visão progressista/modernista, hegemônico até então, para o modelo de preservação ou recuperação dos vínculos entre habitantes e memória urbana. Postulou também a idéia de que as edificações históricas podem e devem ser simultaneamente preservadas e reutilizadas segundo uma linguagem contemporânea, evitando-se tanto o modelo modernista tabula rasa quanto o “preservacionismo purista” (Pio 2001). A lei municipal 506 de 1984 cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de “preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro” e classifica a região em três subzonas segundo o tipo de intervenção considerada necessária: Preservação, reconstituição e renovação. Na subzona de preservação ambiental, exige-se a manutenção das características arquitetônicas, artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e dos telhados; na subzona de “reconstituição”, é permitida a recuperação dos elementos arquitetônicos; na subzona de “renovação urbana” é permitida a edificação desde que sejam obedecidas às alturas máximas determinadas nos critérios do Plano de alinhamento (Prefeitura do Rio de Janeiro, 1984).

O Projeto surge em um momento histórico e político singular. O contexto de abertura política, a possibilidade de reformulação da legislação urbanística e o surgimento de

---

<sup>4</sup><http://www.portomaravilhario.com.br/noticias/2010/06/01/regiao-vai-se-igualar-aos-grandes-portos-do-mundo/>

associações comunitárias<sup>5</sup> que começavam a se posicionar em relação aos problemas urbanos, possibilitava uma nova perspectiva de cidade e um clima intelectual positivo em relação às questões antes relegadas a segundo plano, como a preservação do patrimônio. Na cena internacional, surge a questão da integração dos conjuntos históricos à vida coletiva contemporânea. Nesta nova perspectiva, surge o conceito de “conservação integrada” na Declaração de Amsterdã (1975), que impõe a necessidade da conservação do patrimônio cultural ser integrada ao planejamento urbano e regional<sup>6</sup>. Em 1976, durante a Convenção de Nairobi, a Unesco passa a valorizar a proteção conjuntos arquitetônicos segundo critérios antropológicos e afetivos, em detrimento de interesses puramente museológicos. Do ponto de vista das técnicas de preservação, tal redefinição implica o descarte da preocupação da unidade do estilo, em prol da preservação do conjunto de intervenções realizadas em determinado objeto. Constitui-se, portanto, de uma nova forma de representar os espaços e objetos significativos do passado.<sup>7</sup>

Esse novo contexto internacional permitiu o surgimento dos princípios que orientaram o Projeto Corredor Cultural. Em entrevista realizada em 2001, o arquiteto e urbanista Augusto Ivan Pinheiro<sup>8</sup>, um dos criadores do projeto, destacou que na época de elaboração e implementação do

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar o surgimento de associações como A Associação dos Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), bem como as mobilizações ambientalistas e preservacionistas, que dão origem às áreas de proteção ambiental (APA's), ao Programa de estruturação urbana da Urca e à legislação que impediu transformações mais radicais no bairro do Catumbi.

<sup>6</sup> Em sua introdução, A Declaração de Amsterdã afirma que “A menos que seja urgentemente implementada uma nova política de protecção e de conservação integrada, a nossa sociedade irá, brevemente, ver-se obrigada a desistir do seu património de edifícios e sítios que formam o seu ambiente tradicional. Actualmente é necessária protecção para as cidades históricas, para os bairros antigos das cidades, vilas e aldeias que tenham um carácter tradicional, assim como para os parques e jardins. A conservação destes complexos arquitectónicos só pode ser concebida numa perspectiva ampla, abrangendo todos os edifícios com valor cultural, desde o maior até ao mais humilde – não esquecendo os construídos nos nossos próprios dias – em conjunto com as suas envolventes. (...)É sabido que deve ser preservada a continuidade histórica no seu ambiente, se quisermos manter ou criar envolventes que permitam às pessoas encontrarem a sua identidade e sentirem-se seguras apesar das abruptas alterações sociais. Um novo tipo de planeamento urbano procura recuperar os espaços fechados, as dimensões humanas, a interpenetração das funções e a diversidade social e cultural que caracteriza a fábrica urbana das velhas cidades. Mas também se tem vindo a compreender que a conservação dos edifícios antigos ajuda a economizar recursos e combate o desperdício, uma das principais preocupações da sociedade actual. Tem sido demonstrado que os edifícios históricos podem receber novas funções que correspondem às necessidades da vida contemporânea”.

<sup>7</sup> Naturalmente, tais modificações influenciam a visão do patrimônio urbano no Brasil. A partir do fim da década de 1970, a política cultural nacional passou a valorizar não só as *cidades-museu*, como Mariana ou Ouro Preto, mas também os núcleos históricos, praças e ruas. Destaca-se também a valorização dos territórios e conjuntos arquitetônicos, do patrimônio vinculado á comunidades específicas em lugar da preservação de edifícios isolados ou coleções. Por seu turno, a noção de “restauração” deixou de designar o restabelecimento de um estado original do bem cultural, passando a reabilitar as “camadas” históricas que compõem a própria trajetória desse bem. Ao mesmo tempo, a da institucionalização do termo “bem cultural” pelo Iphan permitiu renovar e ampliar a noção de patrimônio cultural, antes circunscrita aos objetos culturais notáveis ou excepcionais.

<sup>8</sup> O Projeto Porto Maravilha possui quatro frentes de atuação: o estímulo ao *uso habitacional*, a melhoria na *infraestrutura* (saneamento, malha viária, meio ambiente), *comércio e indústria* e *cultura e entretenimento*. Aqui discutiremos as ações culturais, para efeito de comparação com o Corredor Cultural. Sintomaticamente, Augusto Ivan desempenha papel significativo como... Freitas acompanha as transformações do centro da cidade desde os

Corredor Cultural, “a ameaça da perda das referências históricas era uma questão importante para nós da prefeitura, mas no geral a questão não era tanto do valor arquitetônico e artístico das edificações ou do espaço e mais pela qualidade de vida urbana e pelo medo da perda da identidade e das referências da cidade”. Esse discurso, presente também na fala de outros técnicos participantes do projeto com pequenas nuances, demonstra um foco no ambiente histórico e nos papéis dos espaços públicos da área central. Essa e outras afirmativas obtidas durante o trabalho de campo sinalizam que o projeto foi elaborado a partir de um discurso que legitima a preservação histórica ao perceber o risco de desaparecimento do passado, e da noção de história como processo inevitável de destruição. O apoio do prefeito (Israel Klabin), dos comerciantes da área (especialmente na área do SAARA e do Largo da Carioca) e de proprietários é geralmente destacada como outro fator importante para a consolidação do projeto. O Corredor Cultural foi visto pelos comerciantes como garantia de permanência frente às ameaças da incorporação imobiliária e da possível expansão da área de negócios (Freitas e DelRIO, 1992).<sup>9</sup>

Na mesma entrevista, Augusto Ivan afirma que abertura política, aliada a “descaracterização histórica” (que na sua leitura caracterizou as intervenções urbanas do poder público nos anos 60) contribuíram para a consolidação e aceitação popular do Corredor Cultural: “[nos anos 60] era um avanço permitido da cidade moderna sobre a cidade antiga, sobre a arquitetura, descaracterizando a paisagem histórica ... invadindo sem nenhum critério nas áreas históricas do centro.” Por seu turno, a revitalização do porto se legitima a partir da ideia de modernização e expansão da cidade como um todo. Segundo o Estudo de Impacto de Vizinhança do Porto Maravilha (EIV), elaborado pela CDURP e pelo Instituto Pereira Passos, o objetivo do projeto é conceber um plano completo de revitalização para área, “de forma que a transforme num novo vetor de crescimento da cidade, como ocorreu com os bairros Copacabana, na década de 1940, Ipanema e Leblon na década de 1960 e com a Barra da Tijuca a partir da década de 1970” (CDURP/IPP 2009, p. 16).

O potencial econômico e cultural da região, a localização estratégica e a presença de patrimônio histórico são os motivos citados para justificar a intervenção. Destaca-se, nesse sentido, diferenças sensíveis entre Corredor Cultural e o Porto Maravilha: não apenas na

---

anos 60. Nessa época trabalhou como estagiário da Secretaria de Obras na gestão de Negrão de Lima, tendo acompanhado a demolição de antigos imóveis da Lapa.

<sup>9</sup> Vale lembrar também que alguns projetos de intervenção realizados parcialmente nos anos 60 contribuíram para a criação do “fantasma” da desapropriação ou expulsão comércio. A continuação proposta para a Av Republica do Paraguai, por exemplo, significaria a desapropriação de vários imóveis do SAARA e a Avenida Chile também teria um prolongamento que uniria a zona portuária à Lapa (que formaria a Avenida Norte-Sul).

escala mas especialmente na intenção e sentido das intervenções. Se por um lado, o Projeto Corredor cultural se estrutura a partir da contenção ou neutralização de um processo de modernização que “ameaçava o patrimônio da cidade”<sup>10</sup>, a zona portuária é interpretada como “novo vetor de crescimento” urbano, isto é, uma nova área de expansão urbanística, habitacional e econômica. Segundo as narrativas elaboradas por seus criadores, o Corredor Cultural se estruturou a partir do risco da perda da monumentalidade decorrente da política de alargamento de ruas e da consequente destruição de edificações e ambientes históricos. Como Lembra Augusto Ivan,

Na verdade, não houve uma grande ou expressiva pressão imobiliária sobre essa área. A única pressão forte partiu do próprio governo, que alargou ruas, demoliu quarteirões, quase bairros inteiros, morros e prédios importantes (como o Mercado da Praça XV e o Palácio Monroe) O contexto da destruição parece ter sido mais ideológico, simbólico da modernidade e do progresso contra o passado e o atraso, do que econômico (Pinheiro 2002, p. 151).

Essa preocupação com a salvaguarda do patrimônio cultural e a manutenção das relações cotidianas memória urbana dá lugar a um discurso baseado no “reconhecimento”, marcado pela necessidade de revelar ou resgatar elementos esquecidos da história. Segundo Maria da Penha, diretora cultural do Instituto dos Pretos novos:

O que é patrimônio histórico pra mim? Tudo aquilo que além de me contar uma história eu posso preservar e contar uma história daquilo que estou preservando. Porque não adianta a peça me contar uma história. **Eu** preciso saber contar essa história. Por que patrimônio histórico na realidade é toda história de um povo. Como é que eu conto a história do meu povo [negro]? Infelizmente da maneira mais triste... mas é importante que seja contada a tragédia e que todo mundo conheça e a partir daí a gente possa melhorar, preservando. Patrimônio histórico não se destrói, seja ele material ou imaterial.<sup>11</sup>

O risco da amnésia coletiva serve como força-motriz para o resgate dessas memórias “subterrâneas”. O esquecimento deve ser revertido através do diálogo e monitoramento das ações culturais oficiais, tanto quanto pela análise e resistência política e cultural. Neste sentido, a categoria patrimônio passa a ser visto como um direito, “mais reivindicado do que herdado, muito mais uma afiliação do que uma filiação, bem menos comunitário do que conflitivo” (Candau 2012, p. 160). Trata-se de um “patrimônio” fragmentado e particularista, fundado em categorias locais para fortalecer ou criar laços comunitários específicos. O

---

<sup>10</sup> Segundo a lei municipal Nº 1139 de 16 de dezembro de 1987, a Zona Especial do Corredor Cultural fica subdividida em 2 (duas) subzonas denominadas de preservação ambiental e de renovação urbana. Na Subzona de Preservação Ambiental, devem ser “mantidas todas as características artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e coberturas dos prédios existentes na área e retirados os elementos que comprometem a morfologia original das edificações”. Na Subzona de Renovação Urbana, qualquer edificação a ser erguida, reconstruída ou reformada deverá obedecer a projeto integrado ao conjunto arquitetônico ao qual pertence, respeitando as alturas máximas determinadas no Plano de alinhamento 10.600. (Prefeitura do Rio de Janeiro, 1987)

<sup>11</sup> Entrevista realizada em 11 de outubro de 2013.

relatório de pesquisa arqueológica da área, de setembro de 2012, explicita esse sentido do patrimônio:

Mais do que apenas “lembranças do passado”, o Patrimônio Cultural é o elemento central que garante a manutenção das comunidades ao longo do tempo, transmitindo, de geração em geração, os princípios fundamentais de sua cultura. É o que nos ajuda a aprender quem somos, como nos tornamos assim e para onde vamos. O Programa tem assim, como meta final, contribuir para o fortalecimento da herança cultural das comunidades, em especial, na valorização de sua diversidade. Um dos principais desafios da atualidade na realização de programas científicos é identificar situações e oportunidades para aumentar a comunicação entre as partes interessadas, buscando o envolvimento das comunidades locais sob as quais o patrimônio arqueológico, histórico e cultural se compartilha em uma responsabilidade social, legal e política. Neste enfoque o Programa contempla a participação da comunidade no reconhecimento de seu patrimônio, respeitando as singularidades das experiências históricas de cada cultura e de cada grupo social (CDURP, 2012, p.9).

Ao lado dessa memória tratada como um direito e um processo de redescoberta, há um discurso da “conquista” ou reconquista da memória – um discurso unificador e consagrador de uma memória vista como um conteúdo recuperado e instrumentalizado, e que trata os elementos históricos como recursos que devem ser reincorporados em um projeto contemporâneo de cidade. Na citação abaixo, a respeito da formação do Circuito Histórico da Memória africana, podemos perceber de que maneira personagens, bens, locais e temporalidades diferenciadas são incorporadas a um único sistema classificatório do passado:

O Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. A Pedra do Sal era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias. Esses marcos receberão sinalização oficial de ponto do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana e atenção especial do Programa Porto Maravilha Cultural.<sup>12</sup>

Como podemos ver na citação acima, o discurso baseada na reconquista da memória tende a integrar diversos elementos “históricos” em uma continuidade, no esforço de sintetizar nestes lugares de memória uma suposta ideia de passado comum e de tradições compartilhadas. A partir da elaboração de circuitos e visitas guiadas e museus, como lembram Fortuna e Leite (2009) os centros históricos são apresentados como a expressão material de

<sup>12</sup><http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/projEspHeranca.aspx>

uma ideia pacífica de espaço público. No caso do Porto Maravilha, é possível perceber o intuito de imprimir sobre a região patrimonializada um poder integrador e harmonizador das relações sociais, ao mesmo tempo em que se produz um novo paradigma e uma nova imagem a respeito do “ser carioca”. Em entrevista concedida ao Blog Porto Maravilha em setembro de 2012, Washington Fajardo faz menção à relação entre patrimônio urbano e a construção (seria um resgate?) de um estilo de vida/civilidade na cidade:

Em decorrência da expansão da violência, a maioria dos prédios [da cidade] tem grades. Se prestarmos atenção, percebemos que o projeto original não previa grades. É artifício de proteção. A recuperação da Região Portuária traz consigo novo conceito de qualidade de vida. Casarios típicos do entorno do Porto podem servir de exemplo para o resto da cidade. O projeto vai se refletir na conduta do carioca e estimular o resgate da interação entre pessoas. Moradores terão contato com passado, bem tombado ou descoberta arqueológica, mas ao mesmo tempo serão informatizados com rede de fibra ótica e serviços modernos.

O termo Patrimônio assume importância fundamental, na medida em que se torna recurso de mediação entre o “mercado” e a “autenticidade” dos bens culturais:

é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio Cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos (CDURP/IPP 2009, p. 16).

Mais do que a ideia de “má conservação”, a noção de “vazio” desempenha um papel na construção da imagem da área, do imaginário urbanístico e na formação de um sistema classificatório da memória local. Realmente, durante o trabalho de campo (em especial, no contato com diversos técnicos da prefeitura), foi possível perceber a recorrência do uso de termos estigmatizantes por parte dos técnicos da área, frequentemente vista como “degradada”, “crítica”, “caindo aos pedaços” ou “decadentes”. Como lembra Guimarães (2012), estabeleceu-se, uma “retórica do vazio”, que interpreta as formas de sociabilidade local a partir de uma linguagem específica, em espaços discursivamente construídos como *vazios* e *abandonados*. Segundo tais discursos, o “problema” da zona portuária não estaria na condição física dos prédios, como ocorria no Corredor Cultural, mas sim na “ociosidade” da região, nos espaços “subutilizados”, as “ruínas”, enfim, nos “vazios” existentes. Em minha pesquisa de campo, pude perceber que termos como “decadência da área”, “ociosidade” e “usos críticos do espaço” são utilizados por técnicos e representantes do poder público para definir o que impediria que a “vocação natural” da região se efetive. Curiosamente, em uma

de suas apresentações<sup>13</sup>, Fajardo assume que o índice de notificações de prédios em má conservação é menor na zona portuária do que no resto do centro, devido população residente (“principal ativo da área”, segundo ele). Tal perspectiva justifica a noção que define a zona portuária como um campo de possibilidades e potenciais mal utilizados, com vocação cultural e econômica para atrair turistas e contribuir para uma transformação econômica da cidade como um todo. Por outro lado, tais características precisam ser potencializadas pela intervenção:

[a zona portuária] É a porta de entrada para os turistas que chegam à cidade em cruzeiros e tem em seu interior vários pontos de interesse como a Igreja de São Francisco da Prainha, o conjunto urbano do Morro da Conceição e a recém construída Cidade do Samba. Todos estes aspectos são importantes e apontam uma vocação para um uso da área muito mais intenso do que hoje ocorre com a instalação de novos moradores, comércios, serviços, equipamentos urbanos, culturais, de lazer e grandes parques. Porém, eles não são suficientes por si só, a propiciar a recuperação da área. (CDURP/IPP, 2011, p. 16)

A essa espacialidade “vazia”, opõe-se uma cultura do “legado” que representa a intenção clara de modelar a história e o futuro da cidade. Entendo que o termo “degradação” ganha um peso significativo no discurso do Porto Maravilha pois reverter a área degradada (em termos físicos ou simbólicos) justifica a conversão de imóveis ou locais “ociosos” a uma nova lógica de uso, que vem sendo questionada por parte significativa dos moradores.

O imaginário dos planejadores define a área como um espaço determinado pelos seus usos e características “naturais”, com sentidos e valores (“comércio”, “cultura”, “habitação”) separados e sem relação de influência. Ou seja, não se considera a articulação, por exemplo, entre habitação e cultura, talvez porque o conceito de cultura implícito neste discurso se refira mais a seu sentido estético do que antropológico. Justifica-se assim não apenas o perfil da intervenção mas igualmente uma certa idéia de cidade e da história urbana.<sup>14</sup> As características históricas da região são incorporadas a uma sistema classificatório que considera a preservação do patrimônio cultural parte da estratégia de desenvolvimento urbano, do progresso social e da ressignificação dos espaços. Neste processo, a memória é

---

<sup>13</sup> Seminário Intervenções urbanas e Patrimônio Cultural, realizado entre 11 e 13 de Setembro de 2012.

<sup>14</sup> Em pesquisa coordenada por Augusto Ivan Pinheiro de Freitas (consultor especial do CDURP na época), desenvolveu-se a proposta de dividir conceitualmente a Região Portuária em 11 núcleos homogêneos no sentido de “evidenciar suas peculiaridades e seu potencial de desenvolvimento”. Embora caracterize os diferentes espaços de modo mais refinado, considerando a mistura de usos que caracteriza a área, o significado dos marcos urbanos e a sua geografia, a pesquisa continua a evidenciar a importância da “vocação” de cada área (Freitas 2011, p. 2).

construída ou remodelada segundo uma perspectiva instrumental, isto é, como elemento ou recurso transformador das relações entre os indivíduos e o espaço revitalizado. Trata-se do que chamamos anteriormente de um discurso da “conquista da memória”, pois a “perda” do patrimônio foi supostamente revertida através da instrumentalização da memória (obtida através da organização de circuitos turísticos, a construção que grandes centros culturais entre outros mecanismos). É nesse sentido que, segundo o poder público, “O Porto Maravilha é um projeto de requalificação que prevê o reencontro da Região Portuária com a cidade”, pois “a degradação presenciada pelos cariocas por décadas na área será revertida em histórica onda de reformas urbanas promovidas pela Prefeitura do Rio”.<sup>15</sup> Resgatar a zona portuária como centro histórico do Rio equivaleria a reintegrar a região ao resto da cidade. Através do programa de recuperação e reestruturação dos sistemas de infraestrutura urbana elaborados pela Operação, para “atrair investimentos para novas unidades residenciais, comerciais e de serviços, sedes de empresas, estabelecimentos hoteleiros, equipamentos culturais e de lazer”, transformando a região da zona portuária numa “área dinâmica que seja uma nova referência de planejamento urbano para a cidade” (CDURP/IPP2010, p.28).

Neste sistema de valores, o patrimônio torna-se um recurso, um diferencial que permitiria uma experiência singular em relação aos espaços públicos, constituindo uma “marca” da cidade e instrumento de conversão do centro histórico e da zona portuária em um “hiperlugar e num hipercentro, na medida em que têm de ser simultaneamente um lugar, uma apropriação e uma prática coletiva de formas de sacralização ou de espetaculosidade” (Leite e Fortuna, 2009, p. 96). Assim, enquanto o corredor cultural foi elaborado a partir de um contexto em que se opunha uma visão modernista e “rodoviarista” do espaço urbano à visão “culturalista”, preocupada com os traços históricos e culturais da cidade (e que procurava reverter o descaso com a memória da cidade), a revitalização cultural proposta pelo Porto Maravilha é uma reação ao “atraso” da região e ao “tempo perdido” pela cidade. A oposição entre paisagem “protegida” e “não protegida” é utilizada por Jorge Arraes em diversas apresentações para evidenciar a diferença entre áreas com potencial e vocação e áreas supostamente sem atrativos culturais ou históricos. Neste caso, tais áreas possuem funções vistas como inadequadas à imagem que se quer construir ou pouco relevantes. Segundo Arraes, as “áreas não protegidas” (isto é, incapazes de serem patrimonializadas) seriam “bolas

---

<sup>15</sup> [http:// www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf).

de ferro amarradas á área histórica” que impediriam o desenvolvimento da área e sua adaptação às necessidades econômicas ou urbanísticas contemporâneas.<sup>16</sup>

Há, neste sentido, uma mudança na percepção e função das áreas históricas. Como tentei demonstrar , as diferenças entre Corredor Cultural e Porto Maravilha não se devem apenas à questão de escala ou limites financeiros e legais. Na próxima seção, discutiremos três fenômenos que modelam significativamente os princípios e valores do Porto Maravilha: a alteração do status do patrimônio cultural, a abordagem estratégica da cultura urbana e o conceito de cidade criativa.

### **III – Da “Revitalização” à “Operação Urbana”: novas tendências**

Para compreender os sentidos presentes nos usos contemporâneos do patrimônio nos processos de revitalização urbana, é preciso identificar as ideias políticas e urbanas que reorientam os significados da memória e da cultura no espaço urbano. A partir dos anos 90 novas tendências urbanísticas e museológicas passam a influenciar os processos de “revitalização e preservação do patrimônio. Consolidam-se políticas urbanas de valorização dos conjuntos arquitetônicos urbanos de valor histórico em detrimento dos monumentos isolados, e o conceito de patrimônio cultural passou a incluir a noção de “ambiente” , indicando uma articulação cada vez mais intensa entre os propósitos da preservação e conservação do patrimônio e o planejamento urbano, além dos impactos no meio-ambiente urbano e humano (Castriota 2004). A maior abrangência e profundidade de sentidos do patrimônio produz impactos no modo de intervir na cidade existente, na medida em que os elementos históricos das cidades se desvinculam da noção de monumento e se confundem cada vez mais com o traçado urbano. Assim, é possível destacar alguns dos processos sociais e políticos que incidirão sobre o papel do patrimônio cultural no século 21.

A crescente influência de instituições e agências internacionais de cooperação na políticas culturais ( especialmente Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Unesco) reforça a relação entre cidade, patrimônio e diversidade cultural. A convergência entre espaço urbano e cultura, na qual a cidade torna-se “território fundamental da diversidade cultural” está presente na agenda política contemporânea, como comprova a clausula 10 da *Agenda 21 da cultura*. “Ao vincular o desenvolvimento local ao “imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas – sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas”, o

---

<sup>16</sup> Afirmativa realizada durante o Seminário Patrimônio cultural e intervenções urbanas.

documento destaca a culturas como “ fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social” (2004, p. 1).

A proliferação de projetos de revitalização de centros históricos (vistos como geralmente como “núcleos culturais”), iniciativas como “Cidade Européia da cultura” e a popularização das noções de “patrimônio mundial da humanidade”, “paisagem cultural”<sup>17</sup> e “entorno dos bens patrimoniais” são reflexo da intensificação dos processos de valorização das memórias urbanas, representadas pelos centros históricos e patrimônio cultural. Consequentemente surge uma forma ideal de reabilitação de áreas históricas e de utilização dos bens culturais nesse processo. Segundo Broudehoux (2011), a “regeneração cultural das cidades” se apoia em quatro ações: a busca ativa de status oficial atribuídos pelos organismos internacionais (como a Unesco), a valorização do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico urbano (especialmente em centros históricos) e das áreas portuárias abandonadas, a construção de infra-estruturas culturais e megaprojetos arquitetônicos e a promoção da cidade como anfitriã uma série de eventos culturais ou festivais. Nesse sentido, as políticas da prefeitura do Rio de Janeiro em geral, e as propostas do Porto Maravilha em particular se adequam ao modelo proposto por Broudehoux: a cidade obteve o título de “Cidade Patrimônio da humanidade”, delegado pela Unesco e que permite a valorização da cidade interna e externamente, bem como a intensificação de um civismo em relação à cultura da cidade; a valorização e/ou criação de novos patrimônios e práticas culturais na zona portuária, que contribuem para a requalificação da área como “ vetor de crescimento econômico” e simultaneamente, “coração cultural” da cidade; a construção do Museu de Arte do Rio e , especialmente , o Museu do Amanhã como âncoras da revitalização, a fim de aprimorar a marca e o prestígio da cidade e de renovar sua oferta turística; por fim, a cidade será sede de diversos eventos esportivos e culturais, que podem ser utilizados para colocar em cena talentos culturais locais e internacionais de diversas áreas “criativas” (música, cinema,

---

<sup>17</sup> O termo se refere á Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e nas orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco e engloba *monumentos* (Obras arquitetônicas, estruturas de caráter arqueológico ou outros elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência) os *conjuntos* (Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração com valor histórico, artístico ou científico) e os *locais de interesse* (obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico).

literatura, artes visuais, gastronomia, além de grupos tradicionais e dos ritos próprios a certas comunidades locais).<sup>18</sup>

Dessa forma, o patrimônio e os centros históricos revitalizados deixam de ser vistos apenas como recursos na produção de singularidade e continuidade histórica, mas como instrumentos na construção da imagem de marca das cidades, que implicaria na transformação da tradição em “capital de inovação” (Peixoto, 2003). Essa perspectiva fica clara no comentário de Washington Fajardo a respeito do papel do patrimônio e da memória da cidade no futuro da cidade: “Tudo é história. Por isso trabalhamos de acordo com o tempo presente. O que fazemos é selecionar o passado. Construímos hoje o que será o patrimônio do futuro. (...) O novo tem valor agregando identidade ou aspectos culturais que podem qualificar no futuro tombamento ou preservação”. Pensar as intervenções urbanas a partir dos seus possíveis “legados” e as obras em curso como “patrimônio do futuro” supõe uma relação singular entre o passado, presente e futuro, ou melhor, de um novo “regime de historicidade”. No caso do Porto Maravilha, podemos perceber que a “nova cidade” e seu novo centro histórico já são imaginados como objetos passíveis patrimonialização e preservação no futuro, independentemente da sua ressonância ou representatividade. Não se trata mais de uma preocupação com a salvaguarda de um patrimônio que se perdeu no passado ou com uma conservação dita “preventiva”, mas de incorporar o patrimônio já existente como elemento presente e ao mesmo tempo pensar a intervenção urbana como produtora de novos patrimônio para o futuro. Essa percepção permite a Fajardo falar na criação de “conteúdos tradicionais contemporâneos”, obtidos através de “instrumentos contemporâneos de preservação”.<sup>19</sup>

É sintomático, portanto, que o discurso da Prefeitura do Rio de Janeiro se caracterize cada vez mais pela menção a temas vinculados à criatividade, à diversidade cultural e à qualidade de vida, ou seja: a necessidade de aliar as “vocações econômicas” às singularidades históricas e culturais da cidade, estimulando o desenvolvimento tecnológico e os investimentos em “profissões criativas” - cientistas, jornalistas, profissionais de informática,

---

<sup>18</sup> O papel das atividades culturais no direcionamento do Porto Maravilha fica claro na importância atribuída ao Museu do Amanhã, definido como a “âncora forte” segundo o prefeito Eduardo Paes: “É um projeto futurista, que constrói o amanhã ao mesmo tempo em que resgata nosso passado. Posso dizer que sua criação sintetiza o que desejamos para o futuro de nossa cidade: a superação de desafios”.

<sup>19</sup> Termos utilizados durante conversa com o autor em 11 de setembro de 2012.

designers entre outros – por um lado e a valorizando o patrimônio local e o turismo cultural por outro.<sup>20</sup>

Trata-se evidentemente de uma imagem positiva e conveniente da cultura, como se esta pudesse resolver problemas sociais e econômicos que caracterizam a história recente da cidade. Nesse sentido, a mudança de paradigma a que me refiro está vinculada aos novos usos atribuídos ao Patrimônio da cidade, vinculados às categorias de “reconhecimento” e “conquista”. A retórica patrimonial desempenham um papel na modernização da cidade e inclusão de temas como diversidade, sustentabilidade e inovação na agenda das políticas urbanas e culturais. No discurso dos planejadores do porto Maravilha prevalece o discurso da “conquista” da memória, no qual é possível perceber idealizada do patrimônio cultural, descolada da realidade controversa a partir da qual as tensões e disputas em torno do patrimônio são travadas. Esse tipo de discurso nos sugere a ideia de que cultura e patrimônio tornam-se modos de expressar uma nova identidade urbana, e que tem como seus efeitos a criação de mensagens sobre os encantos da vida local e a criação de cenários apropriados para atividades culturais e modos de vida específicos ligados ao turismo cultural. A questão é que ao ver a cultura e patrimônio como fator de união e consenso, em uma espécie de “uso cívico” das ações culturais (tanto no plano ideológico quanto nas intervenções objetivas) a lógica da “conquista” do passado omite as tensões culturais e identitárias trabalhadas pela lógica do “reconhecimento”, isto é, como campo de disputa por legitimidade de diversos grupos e instâncias de poder.

## **REFERÊNCIAS :**

BROUDEHOUX, Anne-IMarie. « La régénération par la culture, les grands projets culturels et la spectacularisation du paysage urbain à l'ère du néolibéralisme mondial . Université du Québec à Montréal.

BRYSON, John; ROERING, William. Applying private-sector strategic planning in the public sector. In: STEIN, Jay. Classic readings in urban planning. Chicago: Planners Press, 2004. p. 202 – 220.

CANDAU, Joel (2011). Memória e identidade. São Paulo: Contexto Editora.

---

<sup>20</sup> A classificação de indústrias criativas proposta pela UNESCO se divide em quatro categorias: patrimônio cultural, artes, mídia e criações funcionais. Neste trabalho, partimos da idéia de que a economia da cultura se refere a um modelo econômico, enquanto a indústria criativa se remete aos setores industriais que caracterizam a economia cultural.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. “Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas”. Belo Horizonte: Anais do Congresso Internacional de Patrimônio Cultural, dez 2004.

CDURP (2012). Relatório de Andamento. Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (Etapas Prospecção, Escavação e Monitoramento) – Obras de Revitalização da AEIU Portuária, Rio de Janeiro/RJ, Setembro de 2012. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/conteudo/estudo/Programa%20de%20Gest%C3%A3o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Arqueol%C3%B3gico%20Relat%C3%B3rio%20de%20Andamento%20Etapas%20Prospec%C3%A7%C3%A3o,%20Escava%C3%A7%C3%A3o%20e%20Monitoramento%20Setembro%202012.pdf>

CDURP/Instituto Pereira Passos (2010), *Estudo de impacto de vizinhança - Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio*. Página consultada a 14.01.2011, em <http://www.portomaravilha.com.br/eiv/>

Declaração de Amsterdã. “Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico”. 1975. Página consultada 15.06.2013 em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracaodeamsterdam.pdf>

FARJADO, Washington (2011), “Onde tudo começa: a criatividade na base da revitalização urbana”. Página consultada a 16.03.2011, em <http://www.iniciativacultural.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1-fgv.pdf>.

Fórum Universal das Culturas. *Agenda 21 da Cultura - Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural*. Barcelona, 2004.

Gonçalves, José Reginaldo Santos (2002). “Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso”. In: *Cidade: história e desafios*. Lucia Lippi Oliveira, organizadora. RJ: Ed. FGV, p. 108-123, 2002.

\_\_\_\_\_ (1996). *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

GUIMARÃES, R. S. *A Utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

LEITE, Rogério Proença; PEIXOTO, Paulo. “Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto”. cadernos metrópole 21 pp. 93-104 10 sem. 2009.

LIMA, Evelyn Furquim. *Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro*. Página consultada a 16.03.2011 <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=120>

PEIXOTO, Paulo (2003), “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”. *Paper* apresentado no colóquio *A cidade entre projectos e políticas*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de Junho de 2003.

FREITAS, Augusto Ivan P. e Costa, Alex Franulovic da (2011). Região Portuária: uma proposta de divisão em núcleos. <http://www.portomaravilha.com.br/web/direito/conhecaRegiao.aspx>

\_\_\_\_\_. (2004) A reabilitação urbana em processo. In: LIMA, Evelyn e MALEQUE, Miria.(org) *Cultura, patrimônio e habitação: possibilidades e modelos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, pp.69-82.

\_\_\_\_\_ (2002). "*Preservar, Conservar e Modernizar: Um Novo Paradigma para a Reabilitação do Centro do Rio*". *Rio Estudos*, num. 52, Instituto Pereira Passos.

\_\_\_\_\_ e DEL RIO, Vicente (1992). "*Cultural Corridor: A Preservation District in Downtown Rio de Janeiro, Brazil*". *Traditional Dwellings and Settlements Review*, Vol. 4. Num. 11.

PIO, Leopoldo Guilherme (2001). Cidade como patrimônio: Revitalização e preservação no centro histórico do Rio de Janeiro. Tese de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ.

Prefeitura do Rio de Janeiro (2013). "Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2013-2016) – uma cidade mais integrada e competitiva".

Prefeitura do Rio de Janeiro, 1987. LEI Nº 1139 de 16 de dezembro de 1987. Página consultada a 16.03.2011 [http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro\\_lei1139\\_87\\_corredor\\_cultural.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro_lei1139_87_corredor_cultural.pdf)

Prefeitura do Rio de Janeiro. Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984

REIS, Ana Carla Fonseca (2006), *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Manole.

SANCHEZ, Fernanda (2001). "A reinvenção das cidades na virada de século: Agentes , estratégias e escalas de ação política. *Revista de sociologia política*, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Memória coletiva e teoria social*. Rio de Janeiro: Annablume, 2003.

UNESCO (2004). *Agenda 21 da Cultura - Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural*. Barcelona, 2004.